

Veja a injustiça, Sr. Presidente. Se um produtor rural, especialmente um pequeno produtor, desenvolve uma tecnologia para conservar o alimento, para que ele possa inclusive ter uma vida útil maior, ele passa a pagar mais imposto. E não é só ele que paga mais imposto. É evidente que quem está comprando aquele produto, no final da cadeia produtiva, também pagar mais.

Então, o governador faz justiça social ao zerar o imposto, o ICMS, para as frutas, verduras e hortaliças embaladas.

Outro ponto relevante na questão tributária foi a redução, também, da alíquota de ICMS para o querosene da aviação. Isso deve representar um aumento de fluxo de aeronaves para o nosso estado e, sobretudo, corrigir uma distorção absolutamente curiosa.

Caro telespectador da Assembleia, até ontem os aviões aqui decolavam de São Paulo com quase nada de combustível, para abastecer a aeronave em outro estado, para pagar menos imposto em outro estado. Isso gera uma perda enorme de empregos no estado de São Paulo, inclusive até alguma insegurança para os paulistas que aqui pegam os aviões.

Essa correção foi feita, de modo que nós teremos, nos próximos meses, a aviação paulista bastante competitiva, e com muitas contrapartidas, as empresas aéreas que vão, primeiro, se beneficiar dessa redução. E quais são essas contrapartidas? Um aumento de 70 novos voos regulares aqui para o nosso estado de São Paulo, e uma estimativa de 60 mil novos empregos no setor aéreo, o que é muito relevante.

Outro ponto positivo, o parcelamento do IPVA no cartão de crédito. Isso fez mais justiça tributária. Isso faz que as pessoas tenham melhor condição de pagamento de seus impostos, mas isso faz também com que o estado arrecade mais, mas arrecade mais sem aumentar imposto, Sr. Presidente. Isso é o que nós defendemos aqui, melhor eficiência na máquina administrativa. Quando o governo facilita o pagamento do imposto, diminui a inadimplência, a arrecadação aumenta e ninguém paga mais por isso. É isso que defendemos e, sobretudo, para as pequenas empresas.

Outro ponto relevante, redução de cargos comissionados: centenas e centenas de cargos foram reduzidos. Isso deve gerar uma economia, nesse ano de 2019, na casa de 80 milhões de reais. Quando falamos 80 milhões de reais, perguntamos para onde vai esse dinheiro. Esse dinheiro vai, sobretudo, para a Educação e para a Saúde, porque hoje temos um Orçamento vinculado: de cada 100 reais arrecadados pelos governos, 30 têm que ser gastos na Educação; 15, devem ser gastos na Saúde, e, portanto, desses 80 milhões de reais economizados, logo de saída a Educação vai ganhar mais 30, mais 35 milhões.. A Saúde vai ganhar mais 12, mais 13 milhões de reais.

Eu teria aqui outras tantas ações para mencionar, mas quero finalizar mais uma vez cumprimentando o governador do estado pelo gesto de vir aqui à Assembleia, dizer que isso em nada fere a autonomia dos poderes. Vamos continuar aqui com a nossa função de ajudar, sim, o Governo do Estado, mas também de fiscalizá-lo. Ontem o próprio governador disse isso; espera de todos os deputados daqui uma postura firme de fiscalização, porque é através da fiscalização que os problemas chegam às autoridades do Executivo, e as medidas podem ser tomadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me por exceder o tempo.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Antonio Carlos Junior.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, imprensa, quero dizer da satisfação da presença, em tão pouco tempo, do nosso governador João Doria na Assembleia. Isso mostra o respeito do nosso governador para com a Assembleia, e eu fico muito honrado por ter trabalhado, e muito, no litoral norte, ao lado do meu pai, o ex-prefeito Antonio Carlos, por esse homem. Acreditamos nessa nova política que ele prega, que o presidente Bolsonaro prega. Então foi maravilhosa essa vinda dele ontem. E quero deixar registrado, em nome do litoral norte, a presença do nosso governador aqui na Assembleia, escutando os deputados.

Quero voltar a falar sobre a Rodovia dos Tamoios, que liga São José dos Campos, que liga a região metropolitana ao litoral norte. Fico muito triste quando vejo pais de família, mães, comerciantes do litoral norte - Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba, Ilha Bela - perderem sua carteira de habilitação numa rodovia que ficou tão boa, excelente, como tantas outras que temos no estado de São Paulo. Essa rodovia tem pardais, pardais, pardais, e um limite de velocidade, em vários trechos, de 60 quilômetros por hora. Às vezes é mais fácil o pai de família descer do carro e empurrá-lo do que andar ali na rodovia, uma rodovia com limite de 80 quilômetros por hora, mas que em vários trechos é de 60, inclusive com pardais. Então, de cada dez moradores do litoral norte, com certeza quatro, cinco perderam sua carteira. Eu perdi, meu pai perdeu, outros da minha família, e não só isso: muitos amigos, comerciantes de todas as cidades do litoral.

Então, quero pedir ao governador João Doria, quero pedir ao secretário de Logística e Transportes, João Otaviano, quero pedir aos órgãos competentes que olhem com carinho, com respeito para o litoral norte, o mesmo respeito que o litoral norte teve com uma votação maciça para o governador João Doria. Em Caraguatatuba, quase 60% da votação, e o litoral norte uma grande votação para ele. João Otaviano, por favor, secretário, olhe, converse com a Artesp pelo litoral norte. Não dá mais para vermos tantas carteiras de habilitação se perdendo. A maioria dessas pessoas são comerciantes que sobem a São José, que vêm a São Paulo, que vão à região metropolitana e a todo o Vale do Paraíba, perdendo sua carteira.

E então a pessoa precisa fazer um cursinho e pagar 400 reais. Ela vai lá, faz um estudo, faz uma prova e só então consegue sua carteira de volta. Passam três, quatro ou seis meses e ela perde a sua carteira de novo. Ai vamos ver o porquê: ele anda muito rápido? Ela anda muito rápido? Não! Sessenta quilômetros por hora em uma rodovia como a Tamoios, que ficou de primeiro mundo, não tem condição.

“Ah, mas primeiro precisam terminar a alça sul, a alça norte, precisam terminar toda a construção.” Mas o planalto está pronto! Então, vamos mudar essa velocidade, fazer essa adequação. Já entreguei um estudo para o Governo do Estado: pode-se chegar a 110 quilômetros por hora e fazer essa adequação. Não precisa ser até 110, mas que seja até 100 quilômetros por hora. É lamentável.

Quero fazer um pedido também. Sei da sensibilidade do governador João Doria com o litoral norte. Quero pedir ao governador que instalemos, no litoral norte, um Baep.

Não sei nem se é constitucional, mas eu gostaria muito que nosso Congresso discutisse um projeto para isentar do imposto de renda tanto os policiais quanto os professores. Não conseguimos dar aumento, infelizmente. Estamos muito esperançosos com o governo federal e com o governo estadual. Ontem, pudemos ver a vontade política, o acelerar do governador João Doria pelo Governo do Estado de São Paulo, por toda essa mola propulsora que é o nosso estado. Já que, muitas vezes, não conseguimos dar um aumento para o policial de todo o Brasil, que zeremos os seus impostos, tanto dos policiais quanto dos professores.

Quero mandar um grande abraço e agradecer ao governador por esse momento, agradecer ao PSDB, que é o meu partido, e pedir a Deus muita saúde para todos, para que possamos continuar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Bruno Caetano.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em minha última intervenção, há pouco, ainda fiquei com algumas questões para mencionar sobre a reunião de ontem, ocorrida na Assembleia Legislativa, com a visita do nosso governador. Nestes últimos minutos que me restam, quero completar o raciocínio.

Havíamos falado de algumas questões tributárias, de alguns avanços na área de tributos, e agora vamos falar diretamente das áreas sociais e de Segurança Pública.

Uma das novidades trazidas ontem foi o pagamento do bônus aos policiais. Esse bônus foi repesado no último governo e sequer o pagamento do bônus referente ao segundo trimestre de 2018 havia sido feito. Em pouco mais de 30 dias, essa pendência foi resolvida pelo novo governo, fazendo justiça aos bons policiais. A grande maioria deles fez jus a esse benefício.

Outra questão relevante da Segurança foi a autorização para que as viaturas policiais pudessem usar uma munição de maior porte, o calibre 12. Isso aumenta a sensação de segurança, assim como o poder de combate de nossas policíias.

Outra questão relevante foi a contratação de mais de três mil professores nesses últimos 30 dias, preenchendo alguns claros na Educação, algumas salas de aula que ainda não tinham professores. Isso foi rapidamente recomposto pelo novo governo.

Ainda na área da Segurança Pública, foram realizadas seis megaoperações, inclusive em parceria com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Estadual e Federal. Essas operações trazem uma grande sensação de segurança para toda a população. São Paulo não produz armas, São Paulo não produz drogas; São Paulo acaba recebendo muitas dessas armas ilegais e uma quantidade enorme de drogas pelas nossas estradas. Essas operações acabam fazendo com que a polícia deixe de enxugar gelo, porque começamos a pegar as drogas e as armas ilegais antes mesmo dessas armas e drogas chegarem ao seu destino final. Isso também faz com que chequemos a enfrentar um dos grandes desafios na área da Segurança Pública, que é o crime contra o patrimônio.

Hoje, sabemos que São Paulo é o estado que tem a menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes do Brasil, menos de dez, na casa de sete, mas temos um desafio enorme ainda nos crimes contra o patrimônio, como furto, roubo, enfim, que ainda acontecem em número muito alto no nosso Estado e ações com essa acabam ajudando a combater inclusive esse tipo de crime.

Outra ação importante foi a abertura da primeira Delegacia da Mulher 24 horas. A primeira já foi aberta, uma promessa de governo do governador João Doria e ontem aqui conosco, ele assumiu o compromisso de outras nove delegacias já entrarem em funcionamento nos próximos 90 dias, inclusive com o atendimento feito por delegadas e escritvãs mulheres para que haja uma melhor acolhida da mulher vítima de violência. Serão nos próximos 90 dias dez novas unidades de delegacias destinadas à mulher funcionando 24 horas no nosso Estado.

Foi mencionado pelo deputado Gondim a chegada do Expresso Leste a Mogi das Cruzes, fazendo com que os cidadãos mogianos possam vir a São Paulo e retornar a sua cidade e também todo o Alto Tietê sem ter que fazer a famosa baldeação na Estação Guaianazes. Isso representa uma economia de tempo e um conforto também enormes, mais de 40 minutos de economia de tempo nesse trecho, isso é muito importante.

Na área legislativa, e estamos aqui numa Casa de Leis, são quatro as novas ações. A lei que proíbe o uso de máscaras em manifestações, a regulamentação do projeto de lei aprovado por esta Casa que permite o transporte de animais domésticos de até dez quilos em unidades do Metrô, da CPTM e também da EMTU.

Uma pessoa que tenha deficiência visual não vai ter nenhum constrangimento de levar o seu cão-guia num metrô, num trem da CPTM ou mesmo num ônibus da EMTU e qualquer outro animal doméstico de até dez quilos.

A lei que institui uma campanha de esclarecimento da Lei Maria da Penha em todas as escolas e também a lei que veda a discriminação da criança e do adolescente com deficiência. Essas são as principais medidas que eu queria mencionar e quero agradecer a atenção e a paciência de todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, nos termos do Art. 16, da Lei complementar nº 1.025, de 2007, com a redação dada pela Lei complementar nº 1.175, de 2012, adita a Ordem do Dia com os Projetos de decreto legislativo nºs 1 e 2, de 2019, referente a indicações para diretorias da Arsesp.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 28 minutos.

\*\*\*

## 8 DE FEVEREIRO DE 2019 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

**Presidência:** CORONEL TELHADA, LECI BRANDÃO e BRUNO CAETANO
**Secretaria:** LECI BRANDÃO

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LECI BRANDÃO

Lamenta o incêndio que vitimou dez jovens no Centro de Treinamento do Flamengo, no Rio de Janeiro. Cobra investigação sobre as causas da tragédia.

3 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Informa a concessão, pelo Governo do Estado, da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - Dejep, para servidores da Secretaria de Administração Penitenciária. Lastima o incêndio no Centro de Treinamento do Flamengo, no Rio de Janeiro. Questiona se o local possuía autorização do Corpo de Bombeiros para funcionamento. Cita outras tragédias recentes ocorridas no Brasil. Indaga se o Palácio 9 de Julho possui alvará do Corpo de Bombeiros.

5 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

6 - BRUNO CAETANO

Comenta o incêndio que vitimou dez jovens no Centro de Treinamento do Flamengo, no Rio de Janeiro. Considera que a redução de procedimentos burocráticos na fiscalização estatal poderia evitar tragédias como essa.

7 - LECI BRANDÃO

Requer o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.

8 - JULIO CESAR

Afirma que recentes tragédias no Brasil poderiam ter sido evitadas por ações das autoridades competentes. Alerta para condições de segurança das rodovias do estado.

9 - BRUNO CAETANO

Assume a Presidência.

10 - CORONEL TELHADA

Discorre sobre a apuração de assassinato de policial militar por assaltante de banco. Afirma que o assassino estaria em liberdade por falha da legislação penal.

11 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

12 - BRUNO CAETANO

Discorre a respeito do rompimento de barragens resultantes de atividade de mineração. Questiona a tecnologia de extração de minério atualmente empregada no Brasil.

13 - CARLOS GIANNAZI

Crítica projeto de lei do Governo Doria que trata de privatizações. Tece críticas à redução do imposto cobrado no querosene de aeronaves, realizado pelo governo estadual. Afirma que o Governo Doria está a serviço de empresas e não da população. Presta apoio à greve de servidores da cidade de São Paulo em protesto pela reforma previdenciária municipal. Denuncia violência policial em manifestação de professores da Rede Municipal de Ensino em São Paulo.

14 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Informa que tem em mãos a autorização do Corpo de Bombeiros (AVCB) para o funcionamento do Palácio 9 de Julho .

15 - BRUNO CAETANO

Defende o Governo Doria das críticas do deputado Carlos Giannazi.

16 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, reitera suas críticas à política tributária do Governo João Doria.

17 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido da deputada Leci Brandão. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 11/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado. Presente o número de assinaturas regimentais de senhoras deputadas e senhores deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convidó a nobre deputada Leci Brandão para ler a resenha do Expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - Sr. Presidente, temos aqui uma Indicação do nobre deputado Rogério Nogueira para que o governador do Estado determine aos órgãos competentes a adoção de medidas necessárias, visando a colocação nas rodovias estaduais de placas alertando sobre a presença de ciclistas. Está lida a resenha.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, senhora deputada Leci Brandão. Entraremos no Pequeno Expediente. A senhora vai falar, deputada? A senhora é que sabe.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - Bom, eu posso falar. Por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Por gentileza. Cedendo a primeira vez às damas, nós convidamos neste momento a deputada Leci Brandão para que faça o uso da tribuna.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembleia, sabemos que o Brasil, hoje, amanheceu com uma notícia extremamente triste: o incêndio que ocorreu no centro de treinamento do Clube de Regatas Flamengo, conhecido como Ninho do Urubu, que acabou ceifando a vida de dez jovens, meninos e adolescentes que tinham o sonho de um dia serem jogadores profissionais do Flamengo. As famílias estão realmente destruídas pela forma como ocorreram essas mortes recentes.

A pergunta que está no ar, inclusive a imprensa está muito atenta a isso, é o porquê de aqueles jovens estarem naquele lugar, daquela forma. Eram containers, e eles ficavam juntos, cinco jovens em cada container, seis containers e um total de 30 meninos que dormiam lá.

Estou percebendo que está tendo uma iniciativa do clube de convocar, inclusive, pessoas ligadas ao clube, como, no caso, o comentarista Júnior, que é ligado à Rede Globo. Ele foi chamado para intervir durante o Jornal Hoje, para explicar que esse lugar era muito bom, que dava toda uma situação de conforto àqueles meninos, que eles tinham camas, TV e outras coisas.

Mas o que queremos saber é por que não houve chance de quase ninguém se salvar, foi algo muito rápido. Um morador próximo a esse centro de treinamento disse que ouviu uma explosão e que, em seguida, já começou o incêndio, quando estavam dormindo. Parece que foi por volta das cinco e meia da manhã.

De qualquer forma, o que me chamou a atenção foi que o presidente disse que na próxima semana teria a mudança daquele lugar. Coincidentemente eles se mudariam semana que vem, porque a TV também mostrou as novas instalações do Ninho do Urubu, que são muito bem feitas, com boa estrutura, restaurante, suítes, enfim, tudo direitinho.

Agora, por que esses meninos ainda estavam no outro local, que era pior? Essa pergunta está no ar, até agora não apareceu nenhuma resposta convincente para que se dê uma satisfação às famílias. Estamos com muita pena das famílias. A situação é muito séria, porque eles estão todos carbonizados, vai ser difícil a identificação - só por meio de DNA - e ficamos muito tristes com isso, até porque eu também sou uma torcedora do Clube de Regatas Flamengo desde pequena. Eu sempre gostei do Flamengo.

Assim, na condição de carioca, devo me manifestar aqui. Inclusive a nossa procuradora-geral de Justiça já se manifestou dizendo que as autoridades têm que fiscalizar mais as coisas, que a sociedade civil tem feito uma série de denúncias sobre inúmeros fatos que estão acontecendo no País. É ponte que cai, ciclovía que despenca, incêndio, tudo está muito ruim, está tudo de cabeça para baixo, mas o estado do Rio de Janeiro, infelizmente, teve um antecedente horrível. Acabaram com o estado, levaram todo o dinheiro e as coisas ficaram dessa forma.

Não estamos aqui querendo fazer política ou apontar culpadps, absolutamente não, mas, na condição de cidadã carioca, de cidadã brasileira, e de torcedora desse clube que está sendo falado neste momento. A gente tem que se colocar.

Tomara que não aconteçam mais essas coisas, porque também há outro detalhe: os meninos, na sua maioria, não eram do Rio de Janeiro, não moravam lá. Vieram de outros estados e, com muita dificuldade, chegaram, conseguiram o espaço para poder sobreviver. Tiveram um sonho, e esse sonho infelizmente acabou em fogo. Nossas condolências, nossos sentimentos, inclusive desta Casa de Leis, às famílias dessa criança que morreu de forma inaceitável. Muito obrigada, Sr. Presidente.

\*\*\*

- Assume a Presidência a Sra. Leci Brandão.

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCDoB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assessores e funcionários aqui presentes e telespectadores da TV Assembleia. Quero começar dizendo que hoje o governador do estado assinou a Dejep, uma gratificação que os homens e mulheres da Secretaria de Administração Penitenciária podem receber, trabalhando nos seus dias de folga.

É uma coisa não muito adequada, porque o homem teria que trabalhar na hora de folga. O ideal é que fosse dado um aumento significativo, não só para a Secretaria de Administração Penitenciária, como para a Secretaria de Segurança Pública. Enfim, para todos os funcionários públicos, da Educação, Saúde; todos, sem exceção. Mas, se para quem está morrendo afogado, jacaré é tronco, o que vier para ajudar está bom. É uma grani-nha a mais que está entrando para o pessoal da SAP.

Nós fizemos, aqui, em 17 de maio do ano passado, a Indicação no 684, que pedia justamente que essa Dejep fosse estendida aos oficiais motoristas operacionais, porque eles não podem fazer essa Dejep. Então, solicitamos novamente ao governador que atenda à nossa indicação e passe também para os motoristas operacionais essa Dejep, para poderem ganhar um merecido e honesto dinheirinho. E ajudam também o estado, porque aumenta o efetivo.

A deputada Leci Brandão falou do problema no Flamengo. Até estávamos conversando, antes de ela falar, justamente sobre isso. Eu sou, além de cidadão brasileiro, um homem da segurança. Não sou técnico em segurança; esse é aquele que nunca viu uma viatura, nunca prendeu um ladrão, mas estuda no papel e acha que sabe tudo de segurança. Eu não; sou policial militar. Estive no fogo, em incêndios, em resgates de aeronaves, em tiroteios; em lugares, muitas vezes, medonhos. Sobrevivi e cheguei a este momento. Então, falo um pouquinho de segurança com conhecimento.

Vi as imagens pela televisão. Não conheço o lugar, o Ninho do Urubu, cujo nome já assusta a gente, mas é simbólico... Vendo aquelas imagens - acho que todos aqui viram -, a impressão que temos é que aquilo é um cortiço, com todo o respeito a quem mora em cortiço. Mas a gente vê uns barracões, um negócio feito de uma maneira muito estranha. Dez pessoas morreram, seis atletas e quatro funcionários. Quero mandar os nossos sentimentos - me permitam falar em nome dos demais - a todos os familiares.

Que situação terrível perder um filho, um menino de 14, 15, 16 ou 17 anos, que tinha um sonho na vida: ser jogador de futebol. Todo garoto sonha com isso. E esses meninos estavam nesse caminho, mas infelizmente tiveram a vida ceifada de uma maneira terrível. A morte violenta é sempre terrível. Eu já vi todos os tipos de morte que existem, mas a morte no fogo, além de terrível, é dolorosa. O corpo acaba sendo reduzido a praticamente um toco; é uma coisa assustadora um cadáver incendiado. Imagino as pessoas que terão que fazer reconhecimento desses corpos - o que elas verão. É terrível, assustador.

Mas - não é acusação, é indagação - será que tinha alvará de funcionamento esse local? Havia extintores de incêndio, rotas de fuga? Deputada Leci e deputados aqui presentes, infelizmente o Estado brasileiro é displicente com a segurança. Não só a segurança do policial, do bandido; a segurança referente a crime. O estado brasileiro é displicente com todo tipo de segurança.

Em 2012, nós tivemos a boate Kiss, onde morreram 200 pessoas. Fiz um projeto de lei, aprovado por esta Casa, para que todas as empresas que prestam serviço de segurança em locais públicos publiquem, na internet, todas as suas documentações, porque há muitas empresas de segurança que não são adequadas para combater incêndios, para tirar as pessoas de determinadas situações, em primeiros socorros. Enfim, muitas empresas não são adequadas.

São pequenas coisas que fazem com que a segurança seja desleixada. Quero fazer um desafio: eu duvido que esta Casa esteja em totais condições de segurança. Estou vendo extintores aqui e ali. Depois vou dar uma olhada na data de vencimento deles. Não sou bombeiro, mas duvido que esta Casa tenha alvará de funcionamento. Até irei perguntar para o nosso presidente. Se não houver, é uma coisa que deve ser feita.

Esta Casa não tem videomonitoramento. Outro dia, houve um deputado, na liderança do PSDB, que teve o seu laptop furtado em cima da mesa. Vocês souberam disso? Ele teve o laptop furtado em cima da mesa da liderança por um indivíduo que entrou e fugiu com o computador.

São pequenas coisas. Estamos falando em furtos, mas vamos falar de vidas. Nós falamos aqui sobre as desgraças que têm acontecido no Brasil e em todo o estado. Hoje, tivemos esses meninos que morreram queimados enquanto dormiam. No Rio de Janeiro, houve outro temporal. É uma intempérie, não temos como controlar isso. Nós vimos o trabalho forte dos bombeiros, da polícia, da Defesa Civil. Todos devem ter visto, na televisão, a imagem de um ônibus que praticamente iria cair em uma ribanceira. Duas pessoas morreram; acho que eram mãe e filho. Eles morreram dentro desse ônibus.

Os bombeiros entraram para resgatar os corpos, com o perigo de o ônibus rolar ribanceira abaixo, com eles dentro. Quem faz esse serviço? Quem entra em um ônibus que está pronto para rolar numa ribanceira para tirar um corpo? Só os bombeiros, só a polícia faz isso. Só as Forças Armadas, os militares e as pessoas que vivem a Segurança Pública fazem isso.

Nessa noite, em Minas Gerais, duas cidades tiveram que ser evacuadas, com risco de barragens serem estouradas novamente. Na cidade de Barão de Cocais e Itatiaiuçu, as casas tiveram de ser evacuadas, com perigo de as barragens romperem. Quem fez isso? Polícia, bombeiros. Lá em Brumadinho, quem está fazendo isso? Polícia, bombeiros, Defesa Civil, Polícia Civil, Forças Armadas.

Tenho uma PEC da emancipação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, criando o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo, porque o Corpo de Bombeiros tem que ser emancipado. No Brasil todo ele é emancipado. Só em São Paulo e no Paraná, ele é subordinado à Polícia Militar. É um serviço que deve ser valorizado, tal como a Polícia Militar, porque só nos lembramos dos bombeiros e de segurança quando acontece o problema.